

Opinião do GLOBO

Fim da 'saidinha' de presos corrige brecha na lei penal

Apesar da derrota do governo, Lula não deveria vetar projeto caso ele seja referendado pela Câmara

O Senado aprovou na última terça-feira o Projeto de Lei (PL) que acaba com as "saidinhas" de presos da cadeia em feriados e datas comemorativas. A proposta, que tramitava havia 14 anos no Congresso, ainda voltará à Câmara para nova votação, pois o texto foi modificado pelos senadores. Mas não se espera resultado diferente. Além do consenso evidenciado pela maioria avassaladora — 62 votos a favor e apenas dois contra —, o governo, que se opõe ao PL, não conseguiu convencer sequer os senadores de sua base. O próprio líder governista, senador Jaques Wagner (PT-BA), decidiu liberar a bancada.

A aprovação do projeto traduz um sentimento que tem tomado conta da sociedade. Por mais bem-intencionada que seja a atual legislação penal, ela está repleta de brechas que precisam ser corrigidas, especialmente num momento de crise aguda na segurança pública.

O texto aprovado no Senado não é perfeito, mas é bem melhor que o anterior, que vetava toda saída

temporária. Na versão atual, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), relator do projeto, acolheu emenda do senador Sérgio Moro (União-PR) permitindo que presos possam sair para frequentar cursos supletivos profissionalizantes, de ensino médio ou superior. A emenda proíbe que o benefício seja dado a presos condenados por crime hediondo ou praticado com violência ou grave ameaça. Embora os questionamentos a "saidinha" não sejam novos, eles ganharam força recentemente a partir de episódios que causaram indignação. Um deles foi o assassinato, em janeiro, do sargento da Polícia Militar Roger Dias da Cunha, de 29 anos, em Belo Horizonte. O policial foi baleado por um preso que havia deixado a cadeia durante a "saidinha" de Natal e estava foragido. Os critérios para permitir as "saidinhas" foram postos em cheque também depois que 253 detentos de presídios do Rio aproveitaram o benefício concedido no último Natal para fugir. Entre eles, dois condenados por chefiar a maior facção criminosa do estado. Ento-

do o país, mais de 3 mil presos aproveitaram as "saidinhas" para fugir no ano passado, perto de 5% do total. Não é pouco. Tal dado mostra que os critérios adotados para conceder o benefício não vinham funcionando a contento. Os defensores das "saidinhas" alegam que elas servem para ressocializar presos que em breve deixarão as cadeias. A legislação atual exige, entre outras coisas, bom comportamento e cumprimento de parte da pena. Mas essa situação ideal não existe. Na prática, a "saidinha" abriu uma brecha legal usada para fuga, e raramente os fugitivos são recapturados. Embora a aprovação do PL no Senado represente um revés para o governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não deveria vetá-lo caso seja aprovado na Câmara. Ainda que imperfeito — exigências como a realização de exame criminológico e monitoramento eletrônico poderão se revelar impraticáveis diante dos recursos disponíveis —, ele fecha um buraco num sistema de execução penal bastante leniente.

Artigos

opinioes.globo.com/artigos/
mervalpereira

MERVAL PEREIRA

Blog: opinioes.globo.com/merval-pereira
e-mail: mper@opinioes.globo.com.br



Defeito de caráter

Poucas vezes a face humana de uma crise política ficou tão revelada quanto na participação dos militares na comissão que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) montou para acompanhar a votação nas urnas eletrônicas na eleição de 2022. De um lado, o presidente do TSE, ministro do Supremo Luis Roberto Barroso, mostra-se "decepcionado" com a constatação de que os militares usaram a chance de colaborar com as autoridades, garantindo uma eleição livre de dúvidas razoáveis sobre sua honestidade.

Do outro, um presidente da República que, se aproveitando do momento, colocou todo o seu esforço para demonstrar que a eleição era manipulada por forças políticas para eleger seu adversário. A falta de Bolsonaro na reunião ministerial em que um golpe de Estado foi discutido — diante do silêncio dos inocentes de sempre — é de uma frieza assustadora.

O que era uma oferta de colaboração foi visto como erro primário de um adversário desprezível pela fraqueza de estender a mão.

Será que eles esqueceram que eu sou o comandante em chefe das Forças Armadas? — perguntou, incrédulo, apelo que se classificou como "um fôdiu, um deputado do baixo clero, escrotizado dentro da Câmara, sacaneado, gozado, uma porra de um deputado".

A oposição de modo de pensar entre os dois — um acreditando que o comandante em chefe das Forças Armadas atuaria de boa-fé, o outro zombando do republicano ingênuo — mostra bem o terreno em que a disputa era jogada. Pelas investigações em curso, já se sabe que não foi encontrado nenhum indício de fraude em nenhum momento, o que é formalmente lamentado pelo ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid.

O mesmo que também lamentou que os militares estivessem "muito disciplinados" para aceitar comandos golpistas. Os comentários de Cid, por sinal, indicam que naquele período não havia mais hierarquia. As conversas entre o ajudante de ordens e generais quatro estrelas como

Conversas entre o ajudante de ordens e generais quatro estrelas como Braga Netto mostram um nívelamento por baixo de funções e linguagem que impedem o respeito à hierarquia militar.

A começar pela própria filiação da reunião ministerial, feita por Cid sob ordem de Bolsonaro sem que seus participantes soubessem. Quando um deles perguntou se a reunião era filtrada, o próprio presidente disse que não, que autorizara apenas a filmagem de suas intervenções para possível uso posterior. Na verdade, Cid atuava como pau-mandado de Bolsonaro, superando todos aqueles militares acima de sua patente presentes à reunião. Mas nenhum deles estava mais preocupado com essa questão básica da disciplina militar, pois havia muito aceitavam que o ajudante de ordens comandasse as reuniões. Quando um general manda outro usar as redes sociais para falar mal de seus companheiros, está quebrada a cadeia de comando. Quando usa linguagem de botequim para definir um adversário militar como "petista desde criança", está dada a partida para a anarquia tomar conta das relações militares.

O próprio presidente, "chefe supremo das Forças Armadas", tratou de quebrar essas regras básicas quando constrangeu militares para que parecessem estar ao seu lado. Foi o que aconteceu com o então ministro da Defesa, Fernando Azevedo, levado por Bolsonaro para sobreviver uma manifestação contra o Supremo Tribunal Federal (STF). Arrependeu-se depois, mas não formalmente.

Nos Estados Unidos, o então presidente Trump fez o mesmo com o chefe do Estado-Maior, o general Mark Milley, levando-o a participar de uma caminhada próxima à Casa Branca enquanto manifestantes protestavam contra ele. O general, mais tarde, pediu desculpas: — Minha presença naquele momento e naquele ambiente criou uma percepção dos militares na política interna. Eu não deveria ter estado lá.

Por isso a posição do presidente do Superior Tribunal Militar, tenente-brigadeiro do ar José Carlos Camelo, defendendo que a Justiça Militar trata de "crimes militares", e não de "crimes de militares", é fundamental para retirar do julgamento dos militares envolvidos na sedição a pecha de compromisso corporativo.

Na falta de lei, STF deveria fixar tese sobre trabalho por aplicativo

Decisão negando vínculo empregatício de plataformas com motoristas ou entregadores pode inspirar plenário

A discussão sobre relações trabalhistas entre plataformas digitais e motoristas ou entregadores que trabalham por aplicativo merece atenção redobrada do Supremo Tribunal Federal (STF). Até o momento, as ações envolvendo a questão foram julgadas no âmbito das turmas ou em decisões individuais, nem sempre respeitadas por tribunais inferiores. Apesar de pronunciamentos do plenário serem capazes de fixar um entendimento que reduza a incerteza jurídica em torno do tema, a oportunidade se apresenta com um dos casos envolvendo aplicativo Uber diante da Corte, que poderá ter repercussão geral.

Na última terça-feira, a Primeira Turma apreciou um caso envolvendo o aplicativo Rappi e derrou o vínculo empregatício entre a plataforma e um entregador, reconhecendo por decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Em decisão individual, o ministro Cristiano Zanin já afirmara que a "Justiça do Trabalho não considerou os aspectos ju-

risdicos relacionados à questão, em especial os precedentes do Supremo Tribunal Federal que consagram a liberdade econômica, de organização das atividades produtivas e admitem outras formas de contratação de prestação de serviços".

As relações entre trabalhadores e plataformas são um desafio global. A maioria das legislações mundo afora só reconhece dois tipos de trabalho: empregados e autônomos (os primeiros com bem mais direitos que os segundos). Confrontados com a rotina de muitos trabalhadores de plataformas, com jornadas extenuantes e pouca ou nenhuma proteção social, tribunais têm muitas vezes dado ganho de causa a quem defende haver vínculo empregatício. Mas essa ideia não resiste à realidade.

Pesquisa recente estimou o contingente de motoristas por aplicativo no Brasil em 1,3 milhão e o de entregadores em 385 mil. Quatro em dez motoristas e mais da metade dos entregadores afirmaram ter trabalhos alternativos, boa parte com carteira assinada. Portanto é descabida a ideia de que to-

dos tenham dedicação exclusiva. Mesmo os 800 mil motoristas e 200 mil entregadores que dizem ter trabalho por aplicativo a única atividade remunerada não preenchem os requisitos para reclamar vínculo empregatício. Metade desses motoristas diz ver como principal vantagem da atividade a flexibilidade, em razão da possibilidade de escolher dias e horários.

É verdade que cabe ao Congresso elaborar uma regulamentação equilibrada sobre o tema, garantindo aos trabalhadores por aplicativo direitos básicos, como acesso à Previdência Social. Indefinidamente o grupo de trabalho criado pelo governo para elaborar um projeto preliminar ainda não chegou a consenso. Na falta de uma lei adequada, cabe à Justiça preencher o vácuo e a incerteza regulatória com decisões sensatas. Por isso o Supremo deveria estabelecer quanto antes uma tese geral sobre o tema, que fosse respeitada em todo o país. A decisão da Primeira Turma que negue vínculo empregatício ao entregador do Rappi pode ser uma inspiração.

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Moreira
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Moreira e Roberto Moreira, Roberto

O GLOBO

apresentado por Roberto Moreira
DIRETOR GERAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE REDAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira
DIRETOR DE TI: Roberto Moreira
DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE RELACIONAMENTO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARQUIVOS: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARTE: Roberto Moreira
DIRETOR DE FOTOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE ILUSTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DESIGN: Roberto Moreira
DIRETOR DE TIPOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE IMPRESSÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE VENDA: Roberto Moreira
DIRETOR DE PUBLICIDADE: Roberto Moreira
DIRETOR DE CIRCULAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARQUIVOS: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARTE: Roberto Moreira
DIRETOR DE FOTOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE ILUSTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DESIGN: Roberto Moreira
DIRETOR DE TIPOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE IMPRESSÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE VENDA: Roberto Moreira
DIRETOR DE PUBLICIDADE: Roberto Moreira
DIRETOR DE CIRCULAÇÃO: Roberto Moreira

Princípios editoriais do Grupo Globo: <http://globo.br/principios>

O GLOBO

apresentado por Roberto Moreira
DIRETOR GERAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE REDAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira
DIRETOR DE TI: Roberto Moreira
DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE RELACIONAMENTO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARQUIVOS: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARTE: Roberto Moreira
DIRETOR DE FOTOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE ILUSTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DESIGN: Roberto Moreira
DIRETOR DE TIPOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE IMPRESSÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE VENDA: Roberto Moreira
DIRETOR DE PUBLICIDADE: Roberto Moreira
DIRETOR DE CIRCULAÇÃO: Roberto Moreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Moreira
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Moreira e Roberto Moreira, Roberto

O GLOBO

apresentado por Roberto Moreira
DIRETOR GERAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE REDAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira
DIRETOR DE TI: Roberto Moreira
DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE RELACIONAMENTO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARQUIVOS: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARTE: Roberto Moreira
DIRETOR DE FOTOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE ILUSTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DESIGN: Roberto Moreira
DIRETOR DE TIPOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE IMPRESSÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE VENDA: Roberto Moreira
DIRETOR DE PUBLICIDADE: Roberto Moreira
DIRETOR DE CIRCULAÇÃO: Roberto Moreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Moreira
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Moreira e Roberto Moreira, Roberto

O GLOBO

apresentado por Roberto Moreira
DIRETOR GERAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE REDAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira
DIRETOR DE TI: Roberto Moreira
DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE RELACIONAMENTO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARQUIVOS: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARTE: Roberto Moreira
DIRETOR DE FOTOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE ILUSTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DESIGN: Roberto Moreira
DIRETOR DE TIPOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE IMPRESSÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE VENDA: Roberto Moreira
DIRETOR DE PUBLICIDADE: Roberto Moreira
DIRETOR DE CIRCULAÇÃO: Roberto Moreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Moreira
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Moreira e Roberto Moreira, Roberto

O GLOBO

apresentado por Roberto Moreira
DIRETOR GERAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE REDAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira
DIRETOR DE TI: Roberto Moreira
DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE RELACIONAMENTO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARQUIVOS: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARTE: Roberto Moreira
DIRETOR DE FOTOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE ILUSTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DESIGN: Roberto Moreira
DIRETOR DE TIPOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE IMPRESSÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE VENDA: Roberto Moreira
DIRETOR DE PUBLICIDADE: Roberto Moreira
DIRETOR DE CIRCULAÇÃO: Roberto Moreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Moreira
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Moreira e Roberto Moreira, Roberto

O GLOBO

apresentado por Roberto Moreira
DIRETOR GERAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE REDAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira
DIRETOR DE TI: Roberto Moreira
DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE RELACIONAMENTO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARQUIVOS: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARTE: Roberto Moreira
DIRETOR DE FOTOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE ILUSTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DESIGN: Roberto Moreira
DIRETOR DE TIPOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE IMPRESSÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE VENDA: Roberto Moreira
DIRETOR DE PUBLICIDADE: Roberto Moreira
DIRETOR DE CIRCULAÇÃO: Roberto Moreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Moreira
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Moreira e Roberto Moreira, Roberto

O GLOBO

apresentado por Roberto Moreira
DIRETOR GERAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE REDAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira
DIRETOR DE TI: Roberto Moreira
DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE RELACIONAMENTO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARQUIVOS: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARTE: Roberto Moreira
DIRETOR DE FOTOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE ILUSTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DESIGN: Roberto Moreira
DIRETOR DE TIPOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE IMPRESSÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE VENDA: Roberto Moreira
DIRETOR DE PUBLICIDADE: Roberto Moreira
DIRETOR DE CIRCULAÇÃO: Roberto Moreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Moreira
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Moreira e Roberto Moreira, Roberto

O GLOBO

apresentado por Roberto Moreira
DIRETOR GERAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE REDAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira
DIRETOR DE TI: Roberto Moreira
DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE RELACIONAMENTO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARQUIVOS: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARTE: Roberto Moreira
DIRETOR DE FOTOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE ILUSTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DESIGN: Roberto Moreira
DIRETOR DE TIPOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE IMPRESSÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE VENDA: Roberto Moreira
DIRETOR DE PUBLICIDADE: Roberto Moreira
DIRETOR DE CIRCULAÇÃO: Roberto Moreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Moreira
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Moreira e Roberto Moreira, Roberto

O GLOBO

apresentado por Roberto Moreira
DIRETOR GERAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE REDAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE MARKETING: Roberto Moreira
DIRETOR DE TI: Roberto Moreira
DIRETOR DE LEGAL: Roberto Moreira
DIRETOR DE RELACIONAMENTO: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARQUIVOS: Roberto Moreira
DIRETOR DE ARTE: Roberto Moreira
DIRETOR DE FOTOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE ILUSTRAÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DESIGN: Roberto Moreira
DIRETOR DE TIPOGRAFIA: Roberto Moreira
DIRETOR DE IMPRESSÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE DISTRIBUIÇÃO: Roberto Moreira
DIRETOR DE VENDA: Roberto Moreira
DIRETOR DE PUBLICIDADE: Roberto Moreira
DIRETOR DE CIRCULAÇÃO: Roberto Moreira